

Brasil na OCDE: esperanças e controvérsias

Chico Santos, para *Conjuntura Econômica*, do Rio de Janeiro

O Plano Marshall, batizado com o nome do secretário de Estado norte-americano que o arquitetou, George Marshall, nasceu em julho de 1947 pela necessidade absoluta de reconstrução de uma Europa arrasada pela 2ª Guerra Mundial. Embora formalmente fosse um plano voltado para toda a Europa, na prática tinha como endereço a Europa Ocidental capitalista, uma vez que do lado Oriental, a União Soviética, aliada na vitória contra o nazifascismo, tinha seus próprios objetivos de consolidação e expansão do regime socialista e a aliança acabou ali mesmo.

Começava a chamada “guerra fria”, a hostilidade velada entre os dois regimes, à sombra do arsenal atômico de ambos os lados, encerrada no começo dos anos 1990 com a queda do Muro de Berlim, a reunificação da Alemanha e o esfacelamento da União Soviética. Os US\$ 13 bilhões do Plano Marshall (valores da época) despejados pelos Estados Unidos permitiram reconstruir a infraestrutura e retomar o crescimento econômico da Europa Ocidental, virar a chave da máquina de produção americana para tempos de paz e construíram um biombo contra a expansão soviética para, grosso modo, além da margem esquerda do rio Danúbio.

Para gerenciar aquela montanha de dinheiro foi criada a Organização

para Cooperação Econômica Europeia (OCEE), em 1948. O lado socialista reagiu criando o Conselho para Assistência Econômica Mútua (Comecon, na sigla em inglês), liderado pela União Soviética e formado inicialmente também pela Alemanha Oriental (derrotada, a Alemanha fora dividida em duas – Oriental, comunista, e Ocidental, capitalista), Polônia, Tchecoslováquia (hoje, República Tcheca e Eslováquia), Bulgária, Hungria e Romênia.

Em 14 de dezembro de 1960 Estados Unidos, Canadá e mais 18 países europeus egressos da OCEE realizaram a convenção que oficializou a criação da Organização para Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (OCDE). Canadá e Estados Unidos, em abril de 1961, foram os primeiros a formalizar a entrada para o novo organismo de caráter intercontinental. Ao longo do restante do ano de 1961 os demais países fundadores assinaram suas adesões, exceto a Itália que aderiu formalmente em março de 1962.

O primeiro país de fora desse concerto euro-americano a entrar para a OCDE foi o Japão, em abril de 1964, dando caráter mundial à organização. Derrotado na guerra de 1939 a

1945 ao lado de Alemanha e Itália, o Japão também recuperara rapidamente seu poderio econômico, sob a batuta americana, e era um aliado vital do Ocidente no lado asiático do tabuleiro político-econômico mundial. Entre 1969 e 1973 outros três parceiros estratégicos, Finlândia, Austrália e Nova Zelândia, aderiram ao grupo, consolidando ainda mais a imagem popular da OCDE de “Clube dos Países Ricos”. O membro-fundador mais pobre é a Turquia, estrategicamente situada na divisa entre Europa e Ásia, com produto interno bruto *per capita* (PIB *per capita*) de US\$ 25.655 em 2016 segundo dados da própria OCDE.

Os dados de comércio exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) mostram que dos dez maiores importadores de produtos brasileiros em 2017, sete são membros da OCDE, estando fora apenas China, Argentina e Índia. Entre os dez maiores vendedores de produtos para o Brasil, oito são da OCDE. Mas os dados também mostram que o Brasil exporta principalmente produtos primários e importa basicamente manufaturas.

Atualmente com 35 membros, o “clube” já não é tão de ricos assim e se propõe a disseminar e uniformizar normas de políticas econômicas e de relacionamento comercial em 34 áreas temáticas, incluindo políticas de consumo, assuntos tributários, previdência, governança, investimento estrangeiro e outras. Em 30 de maio de 2017 o Brasil formalizou seu pedido de ingresso na organização e agora aguarda o “sim”, equivalente ao convite para integrar o grupo, para iniciar o processo de adesão que pode durar vários anos.

Recomendações da OCDE para aperfeiçoar as políticas macroeconômicas do Brasil

- Implementar o ajuste fiscal planejado por meio de cortes permanentes nos gastos.
- Reformar o sistema de aposentadoria.
- Desvincular os pisos dos benefícios do salário mínimo.
- Deslocar mais recursos para as transferências que chegam aos pobres, incluindo o Bolsa Família.
- Definir a indicação do presidente do BCB e dos membros do Copom com termo fixo.
- Diminuir as políticas de apoio industrial voltadas a setores e localidades específicas, inclusive incentivos fiscais.
- Avaliar os programas existentes de apoio industrial.
- Reforçar os procedimentos de denúncia e leniência.
- Restringir as indicações políticas, principalmente nas empresas estatais.

Fonte: Relatório OCDE – “Construindo um Brasil mais Próspero e Produtivo” (Fevereiro/2018).

O Ministério da Fazenda está empenhado no processo, entendendo que, entre outras coisas, a adesão representará um “selo de qualidade” para as políticas econômicas do país e, conseqüentemente, mais facilidade para captação de financiamentos e de investimentos estrangeiros. O Itamarati já designou o embaixador Carlos Márcio Cosendey para representar o país na organização. As principais organizações empresariais apoiam a iniciativa, mas ainda há controvérsias relacionadas com a posição que o Brasil pretende ocupar no cenário internacional e com as perspectivas futuras de o país, uma vez aceito, adotar políticas ativas de desenvolvimento econômico.

Somente após a derrocada do bloco soviético é que a OCDE abriu suas portas à entrada de novos países além dos fundadores e dos quatro que aderiram até 1973, incluindo alguns que já não podiam ser classificados como

ricos. O primeiro foi o México, em 1994, país cuja adesão resultou na saída do Grupo dos 77 (G-77), o bloco de países em desenvolvimento criado em 1964 no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e que conta atualmente com 134 membros. O México é atualmente o membro da OCDE com o menor PIB *per capita*, US\$ 18.535 em 2016, segundo dados da organização.

Começaria em seguida um processo de convites e adesões englobando países recém-saídos do bloco soviético, como República Tcheca e Hungria e Polônia, todos em 1996 juntamente com a Coreia do Sul, esta já uma potência econômica que também saiu do G-77. Outros seis países seriam admitidos nos anos seguintes, sendo quatro da Europa Oriental, Israel e Chile. O Chile foi aceito em 2010 e segue como membro do G-77.

Três países que receberam o “sim” estão em processo de adesão, incluindo os latino-americanos Colômbia, cujo processo de enquadramento tramita desde 2013, e Costa Rica, convidada em 2015, assim como a ex-república soviética Lituânia. A Rússia também estava no pacote de adesões já na condição de convidada, mas o processo de admissão foi suspenso em 2014 após a anexação da Crimeia, até então parte da Ucrânia, pelos russos.

Outros cinco países além do Brasil pleiteiam entrar na OCDE e também aguardam convite, entre eles os vizinhos Argentina e Peru. Os outros são Bulgária, Romênia e Croácia, todos do Leste Europeu. Dos cinco, segundo as estatísticas da OCDE, somente o Peru possui PIB *per capita* inferior ao brasileiro (US\$ 12.225 em 2014, contra US\$ 15.243 do Brasil em 2016). No ano passado, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, manifestou ao presidente

da Argentina, Mauricio Macri, seu apoio à entrada do país na organização, gerando especulações de que os argentinos estariam à frente no processo de admissão.

Mas agora em março, durante visita ao Brasil para divulgar o relatório “Construindo um Brasil mais Próspero e mais Produtivo”, contendo várias recomendações de políticas e reformas com vistas a fortalecer o arcabouço macroeconômico e regulatório do país, o secretário-geral da OCDE, Angel Gurría, disse que o Brasil está mais bem posicionado entre os atuais pleiteantes por já fazer parte, há muito tempo, de um grande número de comitês e instrumentos legais da organização.

Segundo dados compilados pela equipe do Centro de Comércio Global e do Investimento (CCGI) da FGV, coordenado pela professora e pesquisadora da Escola de Economia de São Paulo (FGV EESP) Vera Thorstensen,

o Brasil já participa de 37 dos 240 instrumentos legais da OCDE e está em processo de adesão a outros 61. Ainda segundo o CCGI, a OCDE possui cerca de 250 comitês, grupos de trabalho e grupos especializados, distribuídos por 34 áreas temáticas.

“A OCDE tende à universalização”, afirma o embaixador José Alfredo Graça Lima, conselheiro do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri) e um dos mais experientes negociadores na área comercial da diplomacia brasileira. “Os compromissos assumidos não são mandatários e irão trazer o que a gente mais precisa: maior inserção nas correntes de comércio e atração de investimentos”, acrescenta. Para Graça Lima, a era do “clube dos ricos” já ficou para trás e o Brasil não deve deixar passar a oportunidade como, segundo ele, já fez no passado.

O embaixador entende que deixar passar a oportunidade de entrar para a OCDE é permanecer no que chamou de “ativismo típico dos anos 1970” quando, na sua avaliação, o Brasil vivia uma “ilusão de autossuficiência [industrial]” quando o que precisava era de melhores condições de acesso a mercados. A conclusão da Rodada do Uruguai em 1995, criando a Organização Mundial do Comércio (OMC) e incorporando a ela o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt, na sigla em inglês) e abrindo as portas para um mundo mais globalizado teria, segundo a análise de Graça Lima, sepultado esse passado.

O embaixador esteve à frente nos anos seguintes das negociações que buscavam um amplo acordo do Mercosul com a União Europeia, ainda em pauta, e também da tentativa frustrada de criação de uma Área

Entre os dez maiores importadores do Brasil, sete são da OCDE

(em US\$ bi FOB) - 2017

	Valor (US\$ bi)	Membro da OCDE	Principal produto importado/ valor (US\$ bi)
China	47,49	Não	Soja/20,31
EUA	26,87	Sim	Petróleo/2,65
Argentina	17,62	Não	Automóveis/4,77
Holanda	9,25	Sim	Tubos flexíveis ferro e aço/1,08
Japão	5,26	Sim	Minério de ferro/1,40
Chile	5,03	Sim	Petróleo/1,51
Alemanha	4,91	Sim	Café cru em grãos/0,88
Índia	4,66	Não	Petróleo/1,50
México	4,51	Sim	Automóveis/0,49
Espanha	3,81	Sim	Petróleo/0,96

Fonte: MDIC.

de Livre-Comércio das Américas (Alca). “Tive o privilégio de iniciar os esforços para colocar o Brasil em uma nova inserção”, relembra Graça Lima, lembrando que de lá para cá quem deu um salto de qualidade no Brasil foi o setor agropecuário e não a indústria que se buscava proteger. “A indústria caiu muito no período e hoje se busca recuperá-la até em prejuízo dos serviços”, argumenta, criticando as políticas ativas, como o Inovar Auto (proteção à indústria automobilística) criado no governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

O conselheiro do Cebri também releva o argumento segundo o qual o Brasil perderia protagonismo no cenário internacional ao entrar para uma organização na qual não terá posição de liderança como teve, por exemplo, no G-20 Comercial, criado em 2003 com o objetivo de pressionar por um acordo de liberalização do comércio agrícola no âmbito da OMC, rejeitado por países europeus como a França. “O Brasil é o quinto maior país do mundo e uma das dez maiores economias, não precisa de retórica para ter voz”, rebate, argumentando que no agronegócio o país “é um protagonista sem precisar fazer qualquer anúncio”.

Clube de boas práticas

Sem ser contrário à proposta de adesão, o presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon), Evaristo Pinheiro, sugere que o Brasil amplie o debate e os estudos que permitam uma maior participação do setor empresarial no encaminhamento do tema. “Até agora tenho visto basicamente o governo dizendo que é bom, que é positivo.

Dos maiores exportadores para o Brasil, oito são da OCDE

(em US\$ bi FOB) 2017

	Valor (US\$ bi)	Membro da OCDE	Principal produto/valor (US\$ bi)
China	27,32	Não	Demais produtos manufaturados/4,63
EUA	24,85	Sim	Óleos lubrificantes (diesel)/4,47
Argentina	9,43	Não	Veículos de carga/1,88
Alemanha	9,23	Sim	Demais produtos manufaturados/1,63
Coreia do Sul	5,24	Sim	Circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos/1,39
México	4,24	Sim	Automóveis/0,66
Itália	3,96	Sim	Demais produtos manufaturados/0,65
Japão	3,76	Sim	Demais produtos manufaturados/0,63
França	3,72	Sim	Demais produtos manufaturados/0,54
Chile	3,45	Sim	Catodos de cobre/0,96

Fonte: MDIC.

Os empresários ainda não falaram sobre seus interesses”, pondera.

O temor de Pinheiro é que o Brasil acabe colocando o carro à frente dos bois, ou seja, que entre para uma organização internacional que exige determinadas regras tributárias, por exemplo, e que só depois, por pressão dessa organização, vá tomar as medidas que já deveria ter tomado por decisão própria. “Não me parece razoável entrar para uma organização internacional para depois mudar sua regulação doméstica. O Brasil deveria adequar primeiro sua legislação”, argumenta.

Criado em 2010 quando a economista Vera Thorstensen retornou ao Brasil após 15 anos em Genebra (Suíça) como assessora econômica da Missão do Brasil na OMC, o CCGI da FGV vem procurando fazer exatamente esse aprofundamento de estudos reclamado pelo presidente do Sinicon. “Quando o Brasil apresen-

tou sua candidatura a entrar para a OMC nós criamos dentro do Centro um núcleo concentrado em estudar o tema”, conta Thorstensen, explicando que quem trabalhou na sede da OMC, em Genebra, “olhava com um certo desprezo” para a perspectiva de entrar para a OCDE.

“Dizia-se que era muito mais importante investir na OMC, que a OCDE não tinha mecanismos de solução de controvérsias”, conta, realçando que hoje a OMC está em crise, pressionada pelo desejo dos Estados Unidos de acabar com mecanismos de solução de controvérsias, enquanto a OCDE é comparada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com outras organizações globais. Na avaliação da pesquisadora, “a OCDE funciona hoje como o secretariado do G-20”, não o G-20 Comercial, mas o bloco que reúne o G-7, grupo dos sete países mais ricos do mundo, e os principais países emergentes, inclusive o Brasil.

Com base nos estudos do núcleo especial do CCGI, a professora da FGV EESP faz um balanço dos prós e contras relacionados com o pleito brasileiro de entrar para a OCDE, começando pelos contras. Em relação ao argumento de que o país corre o risco de perder soberania, Thorstensen argumenta que os estudos feitos pelo núcleo no *site* do Ministério das Relações Exteriores (MRE) mostram que o Brasil faz parte de cerca de 200 acordos e os levantamentos feitos na Organização das Nações Unidas (ONU) apontam que o país já assinou 35 tratados multilaterais.

“Se em todos esses acordos e tratados o Brasil soube defender seus interesses, o que o impede de defendê-los também na OCDE?”, pergunta, ressaltando que em cada acordo que um país assina ele perde um pouco da própria soberania, submetendo-se ao princípio da reciprocidade que rege as negociações internacionais. “Mas é importante participar da governança global”, arremata.

Em relação ao argumento de que a adesão sairá onerosa para o país, a pesquisadora considera este um ponto de pouca relevância. Segundo ela, o custo anual para o país será entre US\$ 10 milhões e US\$ 20 milhões, quantia que considera “nada” para um país que fechou 2017 com um PIB na casa dos US\$ 2 trilhões. Em relação ao argumento de que o Brasil já faz parte dos instrumentos e comitês da OCDE que lhe interessam, Thorstensen retoma o tema do G-20 para rebater: “A OCDE é hoje o centro do G-20. Não faz sentido ser do G-20 e não da OCDE. É como ser passageiro de milhagem quando as discussões importantes estão na 1ª classe”.

A OCDE é o centro do G-20. Não faz sentido ser do G-20 e não da OCDE.

É como ser passageiro de milhagem quando as discussões importantes estão na 1ª classe

Sobre a perspectiva de o Brasil perder a posição de liderança que ocupa no G-77 ao entrar para a OCDE, trocando-a por uma condição de “pobre entre os ricos”, a pesquisadora argumenta que atualmente nem o Brasil é mais um país pobre e nem a OCDE é mais o “clube dos ricos”. “O Brasil é um emergente perdido na sua própria história e a OCDE quer atrair países emergentes”, afirma, acrescentando não ter simpatia por teses terceiro-mundistas como a que está implícita na questão do protagonismo no G-77.

Do lado dos argumentos a favor, Thorstensen destaca antes de mais nada o que considera relevante no atual “status” da OCDE: “A OCDE não é mais um ‘clube dos ricos’, mas um ‘clube de boas práticas governamentais’, e é disso que o Brasil precisa”. Como segundo ponto a favor, a pesquisadora resalta os métodos da organização. “A OCDE trabalha por pressão. Ela pega o país e mostra sua foto em relação aos demais. E o Brasil está mal na foto em todas as formas de comparação”, aponta.

O outro ponto relevante que a professora da FGV EESP destaca, já mencionado acima, é o fato de o secretariado da OCDE ter poder e funcionar, enquanto o secretariado da OMC, apesar de contar com centenas de funcionários, não negociar nada, segundo ela, desde 2002. Thorstensen acrescentou, ainda, que após a aceitação do pleito brasileiro pela OCDE o país terá de três a quatro anos para negociar os termos da sua adesão e os instrumentos importantes para o país participar.

Áreas consideradas sensíveis para o país, como a tributária, a de meio ambiente e o código de fluxo de capitais, no entendimento da especialista, o Brasil vai aderir e em seguida negociar as exceções. Em relação a fluxo de capitais, ela não vê risco de o país perder seus instrumentos de defesa em caso de crise do balanço de pagamentos, lembrando que neste caso a maior autoridade multilateral é o Fundo Monetário Internacional (FMI) cujo artigo 7º já prevê que o país atingido possa resgatar seus instrumentos de defesa. “Hoje o FMI está muito mais aberto e flexível do que antes”, afirma.

Preço de transferência

O advogado Leonardo Castro, sócio da área tributária do escritório CTT Advogados, disse que tem feito vários estudos para clientes interessados em saber qual o impacto para as empresas da adesão do Brasil à OCDE. Segundo ele, na área tributária, são três os pontos principais de divergência que precisam ser negociados: o preço de transferência, que impacta os negócios entre matriz e filial da mesma empresa, os acordos para evitar bitributação, ambos envolvendo o Imposto de Ren-

da (IR) e o modelo de imposto sobre valor agregado, o IVA dos europeus e o ICMS e PIS/Cofins no Brasil.

As regras de preços de transferência, explica Castro, existem para evitar o chamado “negócio de pai para filho” entre empresas do mesmo grupo localizadas em países diferentes e que resultam em pagamento de menos IR do que deveria ser efetivamente pago. Busca-se no mundo inteiro fazer com que a diferença entre o preço que é razoável e o preço cobrado receba uma taxa pesada de IR. As diferenças estão nos métodos para definir esse preço razoável. No caso brasileiro, segundo o especialista, a lei determina que o preço é o custo mais uma margem fixa sobre a qual é cobrado o IR, enquanto na OCDE o cálculo do imposto é feito sobre o preço de mercado daquele produto. Simplificadamente, o problema para a conversão do Brasil ao método da OCDE, segundo Castro, é que a definição do preço de mercado demanda estudo econômico, vale dizer, custo, algo que não precisa ser feito no sistema brasileiro.

Na questão da bitributação, Castro explica que acordos internacionais são celebrados para definir como será tributada a renda nos negócios entre dois países. Por exemplo, salário, só um dos países tributa. Em outros casos, o IR é dividido de modo que a carga tributária seja equivalente à de um dos países envolvidos na negociação. O modelo da OCDE, adotado pelo Brasil em tratados de bitributação com vários países, como Japão, Suécia, Suíça e outros, diz que em casos como de pagamento por transferência de tecnologia ou de *royalties*, o IR não deve ser pago no país receptor da transferência.

O problema, de acordo com o advogado, é que o Brasil às vezes entende que determinadas negociações devem ser interpretadas como prestação de serviços e não como transferência de tecnologia, por exemplo, tornando o negócio passível de tributação na fonte. Segundo Castro, o tema tem gerado celeuma, com acusações de que o Brasil estaria subvertendo o modelo da OCDE, e de dar trabalho para que seja alcançada a desejada convergência.

O terceiro ponto corresponde a uma reforma há muito reclamada pelas empresas domésticas brasileiras: a simplificação dos tributos sobre consumo, como ICMS e ISS. Castro explica que a União Europeia (UE) harmonizou tudo no IVA, o Imposto sobre Valor Agregado, adotado também pelo Reino Unido, enquanto os Estados Unidos tributam o consumidor final por meio do Imposto sobre Vendas. No Brasil a tributação ocorre sobre cada operação e há uma grande disparidade de alíquotas, dependendo do ente federativo, o que até hoje tem

tornado inviável qualquer tentativa de simplificar ou unificar o que Castro define como “um ornitorrinco”.

No frígido dos ovos, o especialista em tributação entende que o Brasil teria a ganhar entrando para a OCDE, até porque nos casos de divergência ele terá “poder para brigar com os aliados sentado à mesa”. Castro enxerga a entrada na OCDE como “uma questão de evolução e de sobrevivência em um cenário globalizado”.

Exceções são possíveis

Para o diretor de Relações Internacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Thomaz Zanotto, o primeiro aspecto a ser entendido em relação ao pleito brasileiro de entrar para a OCDE é que a organização “não possui um tribunal de contenciosos, sendo o cumprimento das normas verificado por pressão dos pares”. Isso, segundo ele, significa que dentro dela é possível se negociar um cronograma ou mesmo que sejam aceitas exceções.”.

Setor público domina financiamentos à infraestrutura

Distribuição dos financiamentos à infraestrutura por bancos ou setores financiadores (participação percentual no total)



Fonte: OCDE/BCB.

México é o mais pobre dos atuais membros da OCDE

Países da OCDE por data de adesão e PIB *per capita* em 2016

	Data de adesão	PIB <i>per capita</i> (US\$)
Alemanha	29/9/1961	48.943
Austrália	7/6/1971	48.178
Áustria	29/9/1961	50.503
Bulgária	13/9/1961	46.607
Canadá	10/4/1961	44.793
Chile	7/5/2010	22.727
Coreia do Sul	12/12/1996	36.532
Dinamarca	30/5/1961	490.921
Eslováquia	14/12/2000	32.730
Eslovênia	21/7/2010	30.460
Espanha	3/8/1961	36.332
Estônia	9/12/2010	29.741
EUA	12/4/1961	57.591
Finlândia	28/1/1969	43.378
França	7/08/1961	41.364
Grécia	27/9/1961	26.765
Holanda	13/11/1961	50.551
Hungria	7/5/1996	26.701
Irlanda	18/8/1961	72.485
Islândia	5/6/1961	50.666
Israel	7/9/2010	37.270
Itália	29/3/1962	38.380
Japão	28/4/1964	42.293
Letônia	1/7/2016	25.590
Luxemburgo	7/12/1961	102.019
México	18/5/1994	18.535
Noruega	4/7/1961	58.792
Nova Zelândia	29/5/1973	38.346
OCDE	–	42.162
Polônia	22/11/1996	27.058
Portugal	4/8/1961	30.658
Reino Unido	2/5/1961	42.662
República Tcheca	21/12/1995	34.753
Suécia	28/9/1961	48.853
Suíça	28/9/1961	63.889
Turquia	2/8/1961	25.655

Fonte: OCDE.

Para as empresas, Zanotto entende que a adesão brasileira significa maior previsibilidade nos negócios e maior valorização dos ativos uma vez que haverá maior alinhamento de regras. Significa também acesso a linhas de crédito mais baratas que muitas vezes só existem para empresas de dentro dos países da organização. Mas, assim como todos os especialistas entrevistados, o diretor da Fiesp adverte que não se deve esperar uma tramitação rápida do processo de adesão, lembrando que a Colômbia está nessa batalha desde 2013.

Mesmo o Brasil já estando alinhado com 88% das regras da OCDE, segundo levantamento encomendado pelo Itamarati, Zanotto adverte que as avaliações serão minuciosas e que entre os pontos que faltam convergir “temos várias jabuticabas que poderão gerar alguns problemas”. Um deles seria o dos acordos para evitar bitributação. Outra, a da tributação sobre valor agregado. “É um problema nosso. Não podemos sobreviver ao sistema tributário que temos aqui. Temos que fazer a reforma tributária”, dispara.

Para o diretor da Fiesp, fazer a reforma tributária e a reforma previdenciária devem ser “prioridades zero” para qualquer que seja o presidente da República eleito em outubro deste ano. “Não se trata de imposições da OCDE, nós sabemos que não está funcionando”, afirma. E quanto ao fato de a OCDE ser vista como um clube de países ricos, Zanotto provoca: “Então, o que estamos fazendo fora dele? O Brasil é um país rico, só que mal administrado”.

Da mesma forma que a Fiesp, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) também

apoia o esforço do atual governo brasileiro para que o país seja aceito na OCDE. “Acompanhamos para ver o que pode repercutir em termos práticos para nossas empresas, mas uma das bandeiras da Firjan é a da melhoria do ambiente de negócios”, disse Pedro Spadale, gerente da Firjan Internacional, explicando que o aperfeiçoamento da legislação trabalhista, já alcançado, a mudança da legislação tributária, redução da burocracia, dos prazos e a melhoria da qualidade da educação, temas considerados fundamentais pela OCDE, são também pontos considerados vitais pela entidade fluminense.

“A OCDE é essencialmente um fórum de intercâmbio de boas práticas, de facilitação do comércio e dos investimentos”, resume. E antes de mais nada, adverte, “o Brasil precisa demonstrar que compartilha das práticas usuais dos membros da organização, processo que costuma levar pelo menos três anos”. Mas o fato de o Brasil já ser o país não membro que participa do maior número de comitês e instrumentos legais da entidade é um aspecto favorável, na interpretação de Spadale. Embora incluindo pontos essenciais, como os 12% que faltam – o gerente da Firjan ressalta que não deixa de ser alentador o fato de que consulta feita pelo Itamarati mostrou que em 88% dos casos o Brasil já está alinhado ou não teria dificuldade para se alinhar aos instrumentos da OCDE.

Mas o Brasil, uma vez dentro da OCDE, não estaria engessado a um manual de política econômica ortodoxa, sem espaço, por exemplo, para fazer políticas de desenvolvimento alternativas? Spadale entende que, antes de mais nada, a OCDE não é uma organização normativa, mas

O Brasil é o quinto
maior país do mundo e
uma das dez
maiores economias,
não precisa de retórica
para ter voz em
qualquer fórum

que trabalha buscando exercer influência. Em segundo lugar, ele entende haver a compreensão de que, com o crescimento da instituição e a entrada de países em graus diferentes de desenvolvimento, países como o Brasil precisam, por exemplo, lançar mão de instrumentos como o BNDES para desenvolver sua infraestrutura.

Para o executivo Henrique Rzezinski, também membro do Conselho do Cebri e ex-presidente da Câmara Americana de Comércio do Rio de Janeiro (Amcham Rio), a OCDE tem o lado positivo de colocar o Brasil como participante de “um grupo de países que oferecem vantagens entre si”. Permite acessar financiamentos a juros menores e funciona como um selo de qualidade. “Estando na OCDE, você já está naturalmente com um ‘rating’ melhor.”

A perspectiva de troca de informações de oportunidades de investimentos em um grupo seletivo, para Rzezinski, é “fundamental” às empresas do país com potencial de crescer. “País rico é o país que tem empresas ricas

e empresas ricas exigem um ambiente saudável em termos macro e microeconômico”, afirma o conselheiro do Cebri. “Claro que você tem que abrir seu mercado, mas simultaneamente está abrindo para suas empresas mercados dez vezes maiores do que o seu”, defende. Rzezinski avalia que esses movimentos de intercâmbio dão à empresa “uma reputação importante no mundo”, citando o caso da Embraer. “Não é à toa que o único acordo [da OCDE] do qual o Brasil é ‘full member’ é o aeronáutico”, disse. O executivo também entende que as questões tributárias não serão problema para a adesão do Brasil. “É preciso ter olhos para o que está sendo negociado. Ninguém entra abrindo seu mercado de uma vez. Há regras de transição.”

Para o economista e consultor Carlos Geraldo Langoni, ex-presidente do Banco Central (1980-1983) e atualmente diretor do Centro de Economia Mundial da FGV, a entrada para a OCDE “é apenas uma etapa de um processo mais amplo no qual o Brasil precisa se engajar” e que tem como chave principal a abertura econômica que ele chama de “a reforma esquecida”.

Langoni destaca que o Brasil saiu de uma corrente de comércio (exportações mais importações) em torno de 12% do PIB para cerca de 24% a 25% a partir da primeira abertura promovida pelo governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), mas não avançou, enquanto países vizinhos seguem aumentando seus graus de abertura, tendo o Chile alcançado 40%. “A abertura tem impacto direto no crescimento. Ela eleva a taxa de investimento e aumenta a produtividade, via ampliação da transferência de tecnologia”, resume. ■

Para entrar, que seja em companhia dos Brics

O debate sobre o pleito brasileiro para ser aceito como membro efetivo da OCDE expõe novamente a divisão que permeia o pensamento político-econômico do país entre ortodoxos e desenvolvimentistas. Entre estes últimos, a resistência ao desejo fica evidente, seja por receio de perda de protagonismo no terreno diplomático, seja pelo temor de que as sugestões de políticas da organização acabem tornando-se impositivas sob pena de desfiliação.

O ex-ministro Celso Amorim (Relações Exteriores de 1993 a 1995 e de 2003 a 2010 e da Defesa de 2011 a 2015), pré-candidato do PT ao governo do estado do Rio de Janeiro, elogia os estudos da organização – “eu até os utilizei no governo” –, mas questiona a adesão pura e simples a ela e sugere que se for feita, que seja a partir de uma estratégia conjunta com os parceiros dos Brics, com poder para mudar a própria OCDE. “Não há nenhuma urgência, teria que ser olhado em conjunto com os Brics, até para mudar a OCDE”, disse em entrevista.

Brics é a sigla para a organização internacional criada em 2006 por Brasil, Rússia, Índia e China, com incorporação posterior da África do Sul, buscando explorar afinidades, uma vez que são países líderes entre



os emergentes, especialmente no terreno econômico. A Rússia estava em processo de admissão na OCDE até 2014, quando a efetivação do convite foi suspensa. Os demais Brics, juntamente com a Indonésia, são tratados no site da organização como “*Key Partners*”, ou parceiros-chave. O ex-chanceler entende que “em muitos sentidos” eles são os países com os quais o Brasil tem mais afinidade. “E nenhum é da OCDE!”

Na forma individual como o tema está sendo encaminhado pelo Brasil, Amorim é taxativo: “O Brasil não vai ganhar nada. Não é um acordo comercial. É para parecer rico”, dispara, afirmando que para não perder o chamado selo de qualidade representado pela adesão às normas da organização, essas normas acabam sendo obrigatórias. Para o diplomata e político, é imprudente

pleitear simplesmente a adesão sem “levar em conta o papel do Estado em países em desenvolvimento”.

O ex-ministro afirma também ser um fato que o Brasil, perderá liderança entre os países do G-77 mesmo que não saia dele por imposição dos parceiros da OCDE no caso de uma aceitação do seu pleito pela organização. “O Brasil perderá muita liderança. O país só liderou a criação do G-20 da OMC (G-20 Comercial) porque não era da OCDE”, disse, realçando a afinidade brasileira tanto com os emergentes quanto com os países pobres da África que se sentem representados quando não estão e o Brasil está presente em um fórum de decisões internacionais.

Do ponto de vista da oportunidade do pleito, Amorim classifica a iniciativa como “desastrada”, entendendo que ela teria mais representatividade se apresentada pelo novo governo que será eleito em outubro, ultrapassando

o atual momento de debilidade política. “Eu seria contra, mas se fosse apresentada por um governo eleito a proposta teria mais representatividade”, questionou. Como exemplo de que o pleito do Brasil foi posto na geladeira, o ex-ministro cita o fato de o ex-secretário de Estado dos Estados Unidos Rex Tillerson, ter excluído o país da viagem que fez à América Latina no começo de fevereiro deste ano.

Na avaliação de Amorim, o pleito brasileiro resultou de uma “ofensiva ultraliberal da área econômica do governo”. Alinhado com o pensamento desenvolvimentista, Amorim ressalta que mesmo sendo vista como fechada a economia brasileira chegou a se colocar entre as sete maiores do mundo. “O Brasil ainda precisa de proteção para desenvolver sua indústria”, disse, ressaltando que o que gera atração de investimento estrangeiro “é a economia crescendo”.

Outro diplomata de peso da corrente desenvolvimentista, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães Neto (foi secretário-geral do Itamarati na gestão de Amorim, de 2003 a 2009 e ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos do governo de 2009 a 2010), propõe começar a análise pelo entendimento do que seja a OCDE. “Criada com o Plano Marshall para ajudar na reconstrução da Europa, ela passou depois a fazer a coordenação das políticas dos países desenvolvidos e a negociação de compromissos (códigos) de política econômica”, analisa.

O segundo ponto ressaltado pelo embaixador é que, na sua avaliação, a organização é “altamente influenciada pelos Estados Unidos que após a 2ª Guerra Mundial tinham mais da

Para o ex-ministro Celso Amorim, é imprudente pleitear uma adesão do Brasil à OCDE sem levar em conta o papel do Estado em países em desenvolvimento

metade do PIB mundial” e que teriam organizado o mundo segundo seus interesses. O papel da OCDE seria coordenar as posições dos países desenvolvidos nos organismos econômicos internacionais em harmonia com os objetivos desse círculo sob a liderança norte-americana.

“A China é hoje a maior potência econômica do mundo e não quer entrar para a OCDE para não tornar sua política econômica prisioneira dos códigos da organização”, exemplifica. Guimarães entende que o mundo segue dividido entre países industrialmente desenvolvidos e países subdesenvolvidos, exportadores de matérias-primas, sendo que o Brasil permanece enquadrado entre os últimos, exportando, basicamente, matérias-primas e produtos semi-industrializados.

Neste contexto, o interesse dos países desenvolvidos seria continuar comprando as matérias-primas brasileiras e exportando para cá seus produtos industriais. “Quando você entra para

a OCDE, você aceita seus códigos”, pondera o diplomata, afirmando ser “um equívoco” achar que as negociações na OCDE são semelhantes às que se desenvolvem no âmbito da OMC. “Na OMC as negociações são multilaterais, buscando uma ordenação mais favorável para todos”, argumenta.

O ex-ministro diz estar enganado quem pensa que o Chile e o México têm alguma influência na OCDE, ressaltando que o Chile tem população e economia muito pequenas e afirmando que o México até agora nada conseguiu com sua adesão ao bloco. Segundo sua avaliação, o objetivo do ex-presidente mexicano Carlos Salinas ao conduzir a entrada do seu país na OCDE, em 1994, era alcançar o livre trânsito de pessoas entre México e Estados Unidos. “Acabou conseguindo um muro pelo qual talvez tenha que pagar”, ironizou em referência ao muro que o presidente norte-americano, Donald Trump, pretende construir ao longo da fronteira entre os dois países.

Após ressaltar que Japão (1964) e Coreia do Sul (1996) já entraram para a OCDE quando eram economias desenvolvidas, no caso coreano, fruto de um “planejamento rigoroso”, Guimarães disse que o Brasil deve fazer o mesmo, entrar para a OCDE quando for um país desenvolvido, capaz de enfrentar as carências da maior parte da sua população. “Não se pode construir um país para uma população de 25 milhões a 30 milhões de pessoas que pagam Imposto de Renda”, disse, realçando que grande parte dessas pessoas também enfrenta dificuldades para viver. (C.S.)